

**RCD no HABEAS CORPUS Nº 564.439 - SE (2020/0052253-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**REQUERENTE** : MANOEL BORGES JUNIOR (PRESO)  
**ADVOGADO** : ABDON ANTÔNIO ABBADE DOS REIS - BA008976  
**ADVOGADOS** : THAIS STROZZI COUTINHO CARVALHO - DF019573  
ANDREA FABRINO HOFFMANN FORMIGA - DF018575  
PAULO RENATO LIMA BARROSO - RJ125581  
KATHYA SOUZA FALCÃO DA SILVA - BA012689  
JULIANA DE OLIVEIRA CAVALLARI - DF041245  
JOSE HENRIQUE ABBADE DOS REIS - BA035136  
ANA LÍDIA ABBADE DOS REIS - BA035262  
BRUNO PERMAN FERNANDES - DF053636  
**REQUERIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**REQUERIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

**DECISÃO**

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão de fls. 544/546, pela qual indeferi a liminar.

Alega o requerente, em síntese, que, em razão do coronavírus o CNJ editou uma instrução normativa, em 18/3/2020, *a ser seguida pelos magistrados atuantes em todo território nacional, valendo o destaque para o fato de que a prisão preventiva, já considerada anteriormente, medida de caráter excepcional, para a figurar como medida de caráter EMERGENCIAL, já que o direito a vida se sobrepõe ao direito a privação da liberdade exercida pelo Estado* (fl. 622).

Afirma que se enquadra perfeitamente nas diretrizes do CNJ, requerendo a reavaliação do pedido liminar para responder ao processo em liberdade, com a fixação de medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP.

É o relatório.

De início, observo que o pleno do STF não referendou a liminar concedida, em 17/3/2020, na ADPF 347.

No mais, o pedido para responder em liberdade em decorrência da pandemia do coronavírus deve ser analisado pelo Magistrado de primeiro grau, sendo vedada a

# *Superior Tribunal de Justiça*

pretendida supressão de instância.

É cediço, ainda, que os fundamentos da prisão cautelar podem ser reexaminados pelo Magistrado, que deve, nos termos do art. 316 do Código de Processo Penal, acrescentado pela Lei n. 13.964/2019, denominada "Pacote Anticrime", atentar-se para a necessidade de verificar a persistência dos fundamentos que ensejaram a decretação da prisão preventiva, podendo, em caso de insubsistência dos argumentos, revogá-la.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de reconsideração.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator